

DESIGUALDADE RACIAL: A MANUTENÇÃO DE UMA FERIDA COLONIAL

Augusto Romeiro¹

Larissa L Bezerra²

Resumo

O presente artigo pretende mostrar como o trajeto histórico da formação econômica da sociedade brasileira resulta em uma sociedade desigual, com alta concentração de renda e fortalecimento do racismo. Ao fim de 350 anos de escravidão, o Brasil foi o maior território escravista do Ocidente. As tentativas de embranquecimento da população resultou na colocação dos negros à margem da sociedade. E o grande legado dessa economia escravista ainda é refletido na contemporaneidade.

Palavras-chaves: Formação econômica do Brasil, escravidão, racismo estrutural, ferida colonial

1. Introdução

A economia brasileira foi estruturada a partir da mão-de-obra escrava, não pela “falta de braços” – tese há muito já refutada –, mas sim como forma de garantia e manutenção do domínio português sobre a colônia. Mais de 130 anos após a abolição formal da escravatura no Brasil, observamos que, na prática, ainda temos uma sociedade moldada para manutenção da subordinação e exploração de indivíduos negros.

A pobreza e a miséria possuem raízes raciais. A violência policial, a falta de acesso à justiça e o subemprego fazem parte do cotidiano do estrato social, historicamente, marginalizado. O Relatório de Desenvolvimento Humano e Regional, do PNUD (2021), estima que um quarto da força de trabalho na América Latina está subutilizada como resultado dessa marginalização de corpos negros e, principalmente, femininos. Consequentemente, a economia da região tem um desenvolvimento acompanhado de aumento da desigualdade de renda que, por sua vez, fortalece o poder político de uma elite branca minoritária com aparatos suficientes para controlar as instituições e os agentes reguladores do Estado.

O Brasil, além de ter sido o último país das Américas a abolir a escravidão - ao menos do ponto de vista formal, foi o maior território escravista do Ocidente, recebendo quase cinco milhões de pessoas escravizadas vindas da África. Apesar da proibição do tráfico negreiro em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, houve um forte movimento para burlar a lei e manter o tráfico. Agora, os africanos arrancados de suas terras eram trazidos em navios que transportavam galinhas. Vem daí o nome da cidade Porto de Galinhas, localizada em Pernambuco.

Nos porões dos navios, os africanos embarcados à força eram despidos e acorrentados. Aos que sobreviviam à travessia cabia, não só os tormentos no novo posto de trabalho, como a anulação

¹ Historiador. Bacharelado em Ciências Econômicas pela Ufal. Email: augusto.romeiro@feac.ufal.br

² Comunicadora Social. Bacharelada em Ciências Econômicas pela Ufal. Email: larissa.bezerra@feac.ufal.br

de suas individualidades, e o apagar de suas raízes culturais. Levando “à perda da subjetividade do indivíduo e, no limite, à sua desumanização”. (THEODORO, 2022, p. 77)

Neste artigo, pretendemos explorar os aspectos históricos da violência com essa população que ainda se mantém na contemporaneidade e possui diversas facetas. Ao observarmos, por exemplo, quais lugares no mercado de trabalho foram relegados aos negros, quais áreas das cidades eles podem residir. A desigualdade herdada do escravismo encontra várias formas de atualização. A função do negro enquanto serviçal dos brancos é uma das feridas coloniais ainda abertas. Postos de trabalho como da construção civil, limpeza urbana, porteiros, domésticas, ainda são majoritariamente ocupados por negros. Essa violência opera também na desigualdade do acesso a bens e serviços e alimenta mecanismos jurídico-institucionais e repressivos para que se garanta a manutenção do *status quo*.

A polícia só é violenta nas periferias. A justiça brasileira tenda a atribuir penas maiores e mais duras a pessoas negras e beneficiar infratores que vitimam negros. Negros são bem mais presos em flagrantes que brancos. Desse modo, a cor da pele se mostra como fator relevante para a forma de condenação. “O princípio da equidade de todos perante às leis, independentemente das diferenças e desigualdades sociais, parece comprometido com o funcionamento viesado do sistema de justiça criminal.” (ADORNO, 1995, p.63)

Inúmeros são os casos que podem ilustrar essa pesquisa. A exemplo da mãe negra de cinco filhos presa ao furtar o equivalente a R\$ 21,00 para alimentar seus filhos, em 2021. Por outro lado, alguns meses antes, em junho de 2020, Mirtes, empregada doméstica, sem ter com quem deixar seu filho, o levou para o trabalho. Ao sair para levar o cachorro da patroa, Sari Corte-Real, para passear, deixou a criança aos cuidados dessa pessoa. Miguel caiu do 9º andar de um prédio de luxo e morreu. Dois anos depois, mesmo condenada, a patroa segue em liberdade até o caso tramitar em julgado. A elite de uma sociedade escravista segue acostumada com a isenção de responsabilidades penais.

Como reflexo da relativização da escravidão, de práticas desumanas, torturas, exploração e maus-tratos, o Brasil normalizou a barbárie sobre os corpos negros. “É possível deduzir que, ao fim e ao cabo, o ideário nacional se adequa perfeitamente ao perfil social e econômico do país: a ordem para o negro e o progresso para o branco.” (THEODORO, 2022, p. 288) Entende-se, assim, que o fim de tamanha brutalidade e desigualdade passa, necessariamente, por ações que deem voz e protagonismo a essa camada da população constantemente oprimida.

O presente trabalho traz os aspectos históricos de como o projeto de colonização desenvolvido no Brasil estruturou-se a partir do fortalecimento de uma hierarquia racial, resultando em formas de violência multifacetadas com as quais essa ferida colonial ainda se mantém aberta na contemporaneidade. Trazer esse debate, colocar o dedo na ferida da herança escravocrata é essencial

para não deixarmos cair no esquecimento a importância desse debate e tentar, esperançosamente, construir um novo pacto civilizatório.

2. O escravismo moderno enquanto ferramenta de política colonial

Conforme defende Alencastro (1992), falar no aprendizado da colonização implica em dizer que essa colonização não é algo realizado de forma automática, sem percalços, sem sobressaltos. Foi preciso aprender a colonizar para se ter poder político sobre o território colonizado e sobre como integrá-lo às malhas do capital mercantil na Idade Moderna.

Em suma, o projeto colonial não foi um projeto automático que teve sua estabilização garantida pela dominação colonial. A presença de Portugal no território não significou que essas terras estivessem automaticamente subordinadas aos desígnios políticos e econômicos da metrópole. Portugal entendeu que era necessário garantir autoridade sobre espaço para, assim, discipliná-lo e integrá-lo às malhas metropolitanas da riqueza. E também garantir que o fluxo da renda se desse no sentido do país europeu.

Os portugueses conseguem esse feito de, efetivamente, conectar as possessões coloniais à metrópole e subordinar essas terras e seus nativos ao seu regime e suas vontades metropolitanas, predominantemente, por meio do recurso ao tráfico negreiro. Por meio do uso do escravismo moderno enquanto ferramenta de política colonial.

Postulou-se que a escravidão ocorrida no Brasil se devia a falta de mão-de-obra em Portugal, uma vez que não se teriam incentivos suficientes para que o trabalhador livre português saísse da metrópole para trabalhar na América do Sul. Essa possibilidade de se trazer mão-de-obra portuguesa para o Brasil não se colocou. O que foi efetivamente mobilizado foi o emprego de mão-de-obra indígena, mas não de forma voluntária, foi empregada com o emprego de violência e genocídio.

A questão da mão-de-obra indígena é que havia um risco, segundo Alencastro (*ibid.*), que o aprisionamento de mão-de-obra indígena para abastecer os canaviais resultasse na autonomização desse território face a território metropolitano. E esse era o grande problema. Era preciso garantir que essa terra se configurasse na fonte maior de riqueza da coroa portuguesa e que estivesse efetivamente conectada com a metrópole.

Vale ressaltar que as ligações políticas e econômicas entre as colônias sul-americanas e o império português não se deram de forma automáticas. Quando Portugal traz todo um aparato para o Brasil e investe nessas terras é porque há uma expectativa de valorização desse investimento. O projeto de colonização só se faz a partir da necessidade de valorização do capital mercantil.

Nesse contexto, a escravidão surge como um dos mecanismos fundamentais para garantir a dependência das elites locais para com a elite portuguesa. Justamente pela questão em qual se

estabelece um regime de trabalho que faz com que toda a estrutura produtiva desenvolvida na colônia seja dependente de fluxos mercantis que transcorrem no oceano atlântico.

A escravidão que aqui tomou palco estava pautada na descaracterização dos homens e das mulheres escravizados enquanto pessoas que passam a ser vistas como objetos a serviço do capital mercantil. Eram coisas passíveis de serem comercializadas e havia um grande poder dos senhores sobre seus cativos, cujas relações se davam apenas como mero direito de propriedade. Assim, a escravidão se expande na medida em que se necessita atender a mais demandas do capital mercantil. E, a partir desse aporte da população escrava, o estímulo do abastecimento dessa mão-de-obra a partir daquelas terras vai se construir todo um conjunto de instituições que garante toda a vinculação à margem brasileira do Atlântico à autoridade metropolitana em Portugal.

2.1. Sincronizando as engrenagens do sistema de dominação colonial

É através de alvarás de 1554 e 1559 que a coroa portuguesa consegue garantir subsídios para a importação de escravos africanos para servir como mão-de-obra nos engenhos de açúcar da colônia. O tráfico é fundamental para firmar os enclaves na costa africana, que já estava sob domínio português, mas que agora passa a se afirmar enquanto ferramenta importantíssima de garantia da dominação portuguesa também sobre as terras brasileiras.

Alencastro (*ibid.*) apresenta cinco passos para elucidar como se deu esse processo de perfeito ajuste das engrenagens do sistema de dominação colonial. O primeiro é que a metrópole tem um aumento considerável de seu poder ao se tornar o elo responsável pela conexão entre os dois extremos do tráfico negreiro. Então, ao conectar, por meio do escravismo, a Costa Ocidental da África e o litoral nordestino, Portugal se estabelece como uma força de peso sobre esses dois locais.

Outra questão é que, com esse trato de escravos, surge uma nova fonte de renda para a Coroa e a administração central. Há taxas cobradas pelo direito de entrada, saída, comércio, etc. A Igreja também conseguiu aferir lucros através do batismo desses escravos. O terceiro ponto é que o conflito entre jesuítas e administração colonial é temporariamente contornado. Há também que se destacar que os negociantes portugueses, *per si*, combinavam oligopsônio, a partir da compra do açúcar, e oligopólio, na questão da venda de escravos. Dessa forma, Portugal controlava o eixo atlântico pelo fornecimento de financiamento aos senhores de engenho.

A questão fundamental aqui é compreender como a metrópole portuguesa, a partir do tráfico de escravos, disciplina o eixo atlântico e garante a comunicação entre as suas mais variadas partes, assegurando, por meio dessa comunicação, seu domínio sobre o comércio no oceano Atlântico.

Por fim, o comércio externo da colônia ganha uma dinamização, por meio da perspectiva que o recurso a crédito na compra de mão-de-obra abre horizontes para que esses senhores encontrem também produção de manufaturados metropolitanos que se constituem em mais um canal de

importância do fluxo de renda. E esse recurso ao crédito e à compra antecipada de escravos favorece os senhores coloniais, uma vez que o escravo negro é adquirido em um volume maior, de forma mais barata e mais conveniente aos senhores feudais do que a mão-de-obra indígena.

Mais do que qualquer outro, o trato negreiro é um comércio administrado. Como foi sugerido, o controle metropolitano sobre a reprodução da produção americana - ou melhor, a instância política do sistema colonial - pesa consideravelmente no assentamento desse processo produtivo. Também ficou patente que o trato de africanos atingia um volume importante e, sobretudo, um forte grau de integração com o mercado atlântico, antes de estar conectado à agricultura brasileira. Submetido durante três séculos à potência europeia que maneja o maior mercado de escravos africanos, o Brasil tornar-se-á a colônia que capta a maior proporção de escravos transportados para o Novo Mundo. Elo perdido de nossa história, esse fantástico sistema de mercantilização de homens impede que se considere o tráfico negreiro como um efeito secundário da escravidão, obriga a distinguir o escravismo luso-brasileiro de seus congêneres americanos e impõe, enfim, uma interpretação aterritorial da formação do Brasil contemporâneo. (ALENCASTRO, 1992, p.162)

É preciso pensar a história do Brasil não enquanto o Brasil unidade autônoma, agente nas relações econômicas, políticas e modernas. Mas, sim, se faz necessário pensar o Brasil enquanto uma engrenagem das relações de poder e riqueza desse todo maior que é o colonialismo no eixo atlântico. É necessário entender o escravismo moderno como uma ferramenta a serviço da política colonial. Uma ferramenta capaz de garantir a efetividade das ligações políticas e econômicas, uma vez que os colonos deveriam recorrer à Coroa Portuguesa para exportar seus produtos e também a ela recorrer para importar os fatores de produção que eram os africanos escravizados. E esse escravismo desdobra-se, aprofunda-se a partir do aporte financeiro português - impulsos mercantis que efetivamente vão exercer pressão sobre a territorialidade desses povos.

“Deslanchada com base no trabalho compulsório indígena, a expansão açucareira brasileira será pouco a pouco tributária do africano e do comércio negreiro.” (*ibid.*, p. 155) Fundamenta-se a produção aqui no Brasil a partir do regime do escravismo, algo que é trazido por Furtado, em sua obra Formação Econômica do Brasil, quando ele denomina a constituição dos canaviais nordestinos enquanto economia escravista de agricultura tropical.

3. Economia Escravista

Quando Furtado (2007) chama o ciclo canavieiro de economia escravista de agricultura tropical, ele nos traz uma série de sentidos que por vezes ficam perdidos. E falar da economia canavieira no nordeste brasileiro como uma economia escravista implica reconhecer, antes de mais nada, o caráter escravista dessa produção e a forma como ela se conecta aos eixos de poder e dominação estabelecidos no oceano atlântico.

Essa economia, estruturada em torno da exploração da cana-de-açúcar no litoral nordestino, foi marcada pela sua face escravista, pautada no caráter agrícola, com um arcabouço produtivo de

uma complexidade um tanto quanto maior. Esse perfil agrícola, além de garantir a colonização dos colonos, também garante um determinado perfil de ocupação de terra por definição dos termos em que se dá a propriedade fundiária nessas terras. “A monocultura para exportação e a escravidão, articulada com a forma de ocupação das terras brasileiras, pelos portugueses, definiram as raízes da desigualdade social que teve seu início no século XVI e perdura até os dias atuais.” (BENTO, 2022, p. 35)

A Economia Escravista de Agricultura Tropical possui uma grande importância na constituição dessa sociedade, onde o sujeito que efetivamente detém controle sobre os ativos empregados nessa economia detém controle sobre o circuito da renda desta atividade. Dessa forma, vão se encontrar em condições muito mais favoráveis de determinação de condução dos rumos da política da sociedade econômica nesse país. Assim, a sociedade brasileira já nasce uma sociedade desigual, estruturada no grande acúmulo de riquezas por poucos e na exploração dos corpos negros até sua exaustão.

É necessário compreender, neste período de nossa história, a importância do escravismo enquanto elemento formador da nossa sociabilidade até os dias atuais. A história da escravidão no Brasil é marcada por relativizações. A casa grande vendeu a ideia de que a escravidão brasileira era singular, era benigna. Vendeu a ideologia de que brancos, negros e indígenas conviviam de forma harmônica para justificar o longo período escravocrata, quando, na verdade, eram “raros os registros dessa convivência interétnica do século passado fora da clássica relação senhor-escravo.” (CASTRO, 1997, p. 341). A escravidão nessas terras se deu como em qualquer outra, tendo nos seus pilares a negação da humanidade do escravizado. Barbárie que ainda ecoa no Brasil contemporâneo.

Os rumos históricos que perpassam a construção do Brasil se intercalam com duas atividades econômicas fundamentais: a monocultura canavieira e o tráfico negreiro. A primeira atividade econômica segue o padrão colonizador europeu que visava aproveitar o máximo das áreas tropicais cultiváveis visando o abastecimento de um mercado em expansão na Europa, isso por si só já justifica a implementação desta atividade em solo americano. Já a segunda atividade, carecia de melhor explicação, afinal, em uma sociedade fortemente marcada pela religião, a escravização de outros corpos humanos geraria um conflito moral que só poderia ser solucionado de uma forma: deslocando o sentido de humanidade tanto do ponto de vista moral quanto religioso.

A construção dessa desumanização em torno do indivíduo escravizado de origem africana irá acontecer obedecendo duas características que se complementam “como a característica biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele; como a característica etno-cultural, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes”. (ALMEIDA, 2018, p.24)

Analisar a economia colonial brasileira e mesmo seu desenvolvimento ao longo de toda a sua duração, necessita partir da compreensão de que a desumanização dos povos originários e do povo africano foi a pedra fundadora de todo esse sistema. Sem criar, desde o embrião da sociedade brasileira, a concepção de inferioridade de determinada “raça³” em detrimento de outras, seria impossível sustentar o tráfico humano e a monocultura agroexportadora nos moldes desejados pelos colonizadores.

Assim, nos primeiros séculos da colonização, a mecânica da escravidão permaneceu a mesma e convivendo constantemente com as rebeliões e outras formas de resistência elaboradas pelos povos escravizados. A luta antiescravista neste período ficava a cargo dos próprios escravizados que constantemente criavam mecanismos de sobrevivência em meio a um sistema obstinado em mantê-lo dócil e cativo.

Apenas na alvorada do século XIX, os debates sobre a independência do Brasil começaram a resvalar no modelo econômico adotado pelos portugueses. em meio a uma economia que já havia sido açucareira e mineradora, a única constante era o tráfico humano intercontinental. Neste período, uma importante aliança entre o Brasil independente e a Inglaterra tornavam possíveis negociações em torno do fim da escravidão - como fica evidente a partir de 1831, onde o então Imperador Dom Pedro I publica a Lei Feijó⁴ proibindo o tráfico de escravos.

Mesmo que a primeira lei a projetar o fim da escravidão tenha sido promulgada em 1831, o que se sabe é que o tráfico de escravos permanece como importante atividade econômica, pelo menos até a Lei Euzébio de Queiróz em 1850. Em seguida, outras leis promoveram a diminuição gradativa do número de escravizados sem, no entanto, apresentar qualquer benefício àqueles que alcançavam a liberdade. Abdias Nascimento (2016) chama a atenção para o “mito do africano livre” numa clara referência à Lei dos Sexagenários de 1885:

Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado e o mutilado aqueles que sobreviveram aos horrores da escravidão e não podiam continuar mantendo satisfatória capacidade produtiva - eram atirados à rua, à própria sorte, qual lixo humano indesejável; estes eram chamados de "africanos livres". Não passava, a liberdade sob tais condições, de pura e simples forma de legalizado assassinio coletivo. As classes dirigentes e autoridades públicas praticavam a libertação dos escravos idosos, dos inválidos e dos enfermos incuráveis, sem lhes conceder qualquer recurso, apoio, ou meio de subsistência. (p. 79)

³ A noção de raça é utilizada neste artigo a partir da compreensão sociológica do termo em que o termo se relaciona com noções construídas socialmente e difundidas em forma de preconceito.

⁴ Conhecida posteriormente como Lei para Inglês Ver, essa medida buscava atender às expectativas inglesas quanto ao fim da escravidão na América com o objetivo de ampliar o mercado consumidor para os produtos ingleses no novo mundo.

O processo conhecido como uma distensão lenta e gradual ainda se prolongou até 1888 quando a publicação da Lei Áurea, marcou o fim formal da escravidão. Sobre isso Nascimento (*ibid.*) destaca ainda o abandono ao qual foram destinados os libertos: “Atirando os africanos e seus descendentes para fora da sociedade, a abolição exonerou de responsabilidades os senhores, o estado, e a Igreja. Tudo cessou, extinguiu-se todo o humanismo, qualquer gesto de solidariedade ou de justiça social: o africano e seus descendentes que sobrevivessem como pudessem”. (p.79)

3.1. A força de trabalho

O trabalho na zona rural demandava grande número de trabalhadores por conta da escala em que se produzia em terras brasileiras. O fator trabalho demandava grandes investimentos para a aquisição de novos escravos, afinal a capacidade de autofinanciamento da empresa açucareira permitia uma expansão significativa da produção a cada dois anos (FURTADO, 2007). Mesmo após a decadência da economia açucareira, a mão de obra escrava e o próprio comércio de escravos não deixaram de fazer parte da realidade econômica do Brasil. Seja nos canaviais, nas minas, ou nas lavouras de café, o fato é que o árduo trabalho ao ar livre num país de condições climáticas marcantes continuou sendo executado pelos escravizados.

No entanto, também é fato que os escravizados não estavam apenas dedicados às áreas rurais. Outra função que podia ser ocupada pelos escravos era serem usados como soldados nas guerras lideradas pelos dirigentes brancos em troca de promessas de liberdade, tornando-se “africanos livres”. Muitos se inscreveram no serviço militar em troca da liberdade, mas a covardia do processo de recrutamento era evidente quando os filhos dos senhores brancos, ao serem convocados para servir no exército, enviavam seus escravos em seu lugar, preferindo arriscar a vida do escravo negro em vez da sua própria vida branca. Essa prática era revoltante e demonstrava a falta de respeito pela vida humana. (NASCIMENTO, 2018)

Em áreas urbanas, os trabalhos que desempenhavam também envolviam longas e desgastantes jornadas. Muito embora não estivessem presos em senzalas, como aqueles que trabalhavam nas fazendas, esses homens e mulheres estavam longe de gozar de liberdade dentro das suas condições. O que os diferenciava muitas vezes eram habilidades específicas mais prestigiadas no ambiente urbano. Havia aqueles com conhecimento de atividades artesanais ou com experiência na culinária e até mesmo no comércio como os chamados escravos de ganho e que, portanto, eram vendidos por um valor mais alto.

Outra diferença, em relação àqueles que viviam nas fazendas, era a locomoção. Em função das atividades que exerciam que iam desde o transporte de cargas e pessoas até a distribuição de água e alimento a outras regiões da cidade, o que permanece em comum entre esses dois ambientes de trabalho (rural e urbano) é a sujeição a determinados trabalhos numa posição de inferioridade.

O que vale a pena se observar a partir disso é se esse padrão perdura entre os descendentes dos povos vindos pela migração forçada através do Atlântico. Uma boa forma de começar a olhar para isso é seguindo a dedução de Furtado:

O primeiro censo demográfico, realizado em 1872, indica que nesse ano existiam no Brasil aproximadamente 1,5 milhão de escravos. Tendo em conta que o número de escravos, no começo do século, era algo mais de 1 milhão, e que nos primeiros cinquenta anos do século XIX se importou muito provavelmente mais de meio milhão, deduz-se que a taxa de mortalidade era superior à de natalidade. (2007, p. 173)

Embora o próprio autor revele que esses números são baseados em estimativas dada a pobre documentação existente sobre o período, é válido inferir que as condições de vida, ou melhor, sobrevivência, dos escravizados no Brasil resultaram em uma alta taxa de mortalidade. Ainda de acordo com Furtado (*ibid.*), é certo olhar para a questão da mão de obra na segunda metade do século XIX como um problema que necessitava de solução, uma vez que a economia cafeeira em plena expansão demandava ainda mais o fator trabalho.

Dentre as soluções possíveis para o problema, o recrutamento interno demonstrou-se pouco viável pela dificuldade de deslocar mão de obra entre as regiões e também de sujeitá-las ao regime de trabalho encarado pelos escravizados⁵.

Outra solução, no entanto, encontrou amplo respaldo na sociedade e no governo imperial: a imigração europeia. Em um momento de difusão de teorias eugenistas, a tese da limpeza, ou branqueamento racial, serviu bem a dois propósitos distintos: aumento da oferta de mão de obra e apagamento das raízes escravistas da sociedade brasileira. Um dos efeitos esperados a partir da imigração de europeus era a continuidade do processo de miscigenação que em tese conduziria um branqueamento da população brasileira nas gerações subsequentes.

E o racismo embutido nessa eugenia levou a população negra a ocupar apenas um espaço residual no sistema produtivo. Logo, essa população, que antes foi o epicentro da produção colonial, passa a se ver excluída do mercado de trabalho. Enquanto os europeus que chegavam ao Brasil ocupavam cada vez mais a produção de café, os ex-escravizados passaram a se juntar aos homens livres em atividades da economia de subsistência, além de alguns ramos assalariados em pequenos serviços urbanos. Esse processo foi acompanhado pelo surgimento do mercado de trabalho e do trabalho livre como base da economia, mas também pela entrada de uma população trabalhadora em regiões menos dinâmicas economicamente e trabalhos temporários.

Conforme sintetiza Theodoro, 2022:

⁵ Vale lembrar que essa força de trabalho composta por pessoas livres era composta basicamente por mestiços que eram reconhecidos como não-brancos mas não admitiam estar no mesmo nível social que o extrato mais baixo desta sociedade, os escravizados.

“À população negra não foram proporcionados projetos de colonização. Não foi subsidiada qualquer iniciativa de apoio à aquisição de terras. Também não lhe foram destinadas políticas de apoio e de inclusão no mercado de trabalho. Ao contrário, o limiar do século XX foi o ocaso da questão racial no Brasil. A figura do negro some do debate nacional. Sua absorção no mercado de trabalho será pelas bordas, preponderantemente em ocupações associadas ao subemprego e à informalidade.” (p. 121)

Ainda sobre o retrato histórico, Furtado (2007) explica que, na segunda metade do século XIX, a economia brasileira era caracterizada por uma grande estabilidade estrutural, o que tornava a abolição do trabalho servil uma questão de grande complexidade socioeconômica. Nesse período, prevalecia a ideia de que a abolição acarretaria o empobrecimento da camada superior da troca no país, pois um escravo era visto como uma “riqueza”.

No último quartel do século XIX, a nova economia cafeeira - baseada no trabalho assalariado - apresenta algumas semelhanças com a antiga economia escravista, pois é constituída por uma multiplicidade de unidades produtoras que se ligam intimamente às correntes do comércio exterior. No entanto, há diferenças profundas no mecanismo dessas unidades. A renda gerada por essa nova economia é dividida em renda dos assalariados e renda dos proprietários, e o comportamento desses grupos é muito distinto. Os assalariados transformam quase toda a sua renda em gastos de consumo, enquanto a classe proprietária retém parte de sua renda para aumentar seu capital.

Essa economia se expandiu sem que os salários reais apresentassem tendência para a alta, pois a existência de uma reserva de mão-de-obra dentro do país, reforçada pelo forte fluxo imigratório permitiu essa realidade. A elevação do salário médio no país refletia o aumento de produtividade alcançado através da simples transferência de mão-de-obra da economia estacionária de subsistência para a economia exportadora. No entanto, as melhorias de produtividade obtidas na própria economia exportadora não eram transferidas para os assalariados, pois nenhuma pressão se formava dentro do sistema que o obrigasse a transferi-las total ou parcialmente para os assalariados.

As condições econômicas em que se desenvolvia a cultura do café não criavam estímulo para o empresário aumentar a produtividade física, seja da terra, seja da mão-de-obra por ele utilizadas. Observamos nesse cenário que a desigualdade racial no Brasil foi alimentada pela exploração do trabalho de mão-de-obra barata e abundante na economia cafeeira. A falta de estímulo para aumentar a produtividade física levou a um modelo de crescimento baseado na extensão das plantações, o que prejudicou a qualidade do solo e a longo prazo afetou negativamente a economia brasileira.

Furtado (*ibid.*) argumenta ainda que a crise econômica tende a concentrar a renda nas mãos dos empresários exportadores em períodos de prosperidade, enquanto os trabalhadores assalariados veem seus salários estagnarem. Na depressão econômica, por outro lado, os prejuízos tendem a se concentrar nos lucros dos empresários do setor exportador, mas a correção do câmbio permite que esses prejuízos sejam transferidos para a grande massa consumidora. Assim, o processo de

concentração de riqueza durante a prosperidade não encontra um movimento compensatório na etapa de contração da renda.

Dessa forma, é possível observar que “o Brasil escravista aboliu a escravidão formal embora nunca tenha abolido a desigualdade herdada do escravismo. A história da formação do mercado de trabalho como não poderia deixar de ser está na raiz desse verdadeiro criatório de iniquidades.” (THEODORO, 2022, p. 97) A desigualdade histórica na distribuição de renda, resultante de um mercado de trabalho heterogêneo e injusto desde o início, é o pano de fundo de um cenário sombrio.

O Estado se mostrou falho na prevenção dessa disparidade econômica desde os primórdios, tendo uma influência significativa em momentos cruciais da história econômica brasileira. Podemos citar a Abolição da Escravatura sem qualquer preocupação com o redirecionamento produtivo dos ex-escravizados e o processo de modernização econômica iniciado na década de 1930 como exemplos, demonstrando, assim, que suas ações tiveram um papel fundamental na formação do mercado de trabalho.

Enquanto incentivava a vinda de trabalhadores europeus, o governo brasileiro criou as condições para a exclusão de uma parcela significativa da população. Em países como o Brasil, onde as taxas de crescimento da população ativa são altas, observa-se historicamente um crescente aumento nas atividades informais e no desemprego. Portanto, torna-se cada vez mais urgente uma ação governamental eficaz para lidar com esses problemas e revertê-los.

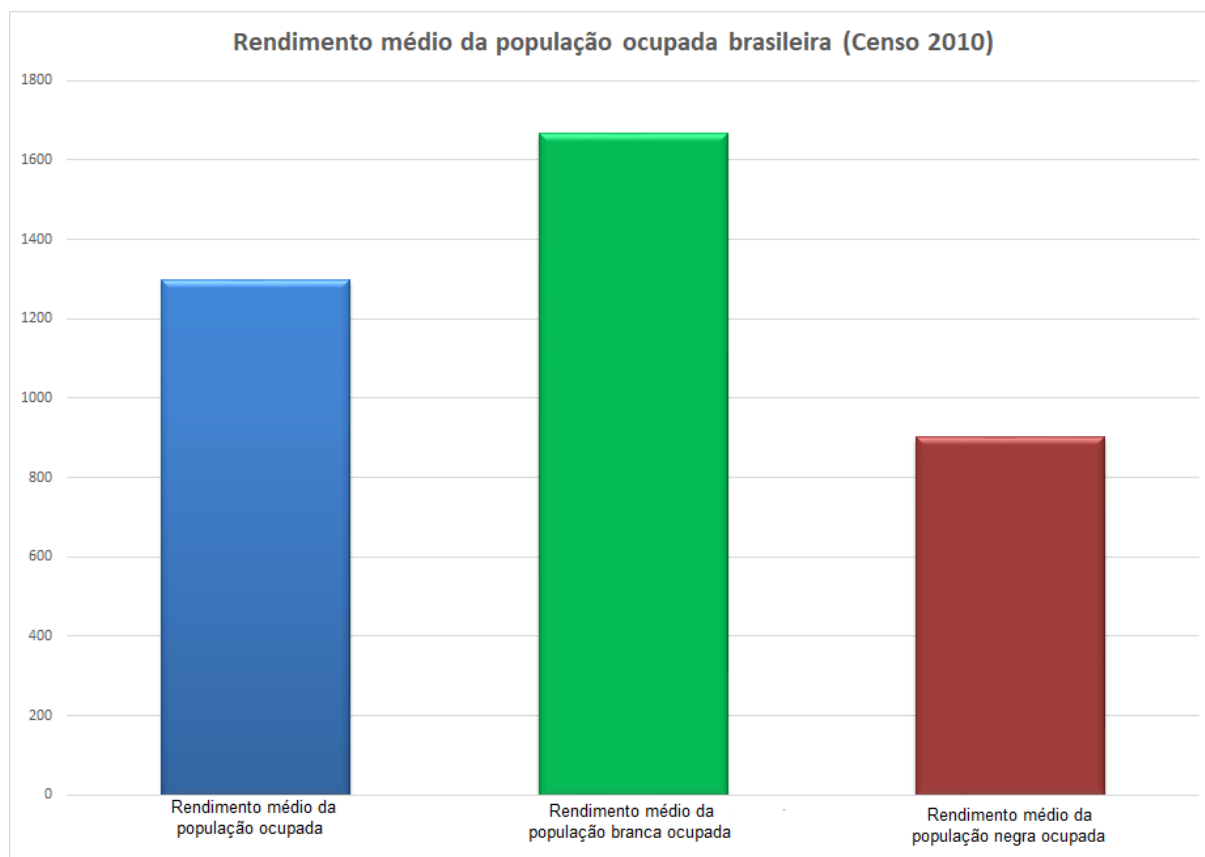
4. Panorama contemporâneo

Ao longo do século XX, houve uma clara dissociação entre as populações branca e negra em termos socioeconômicos. As décadas foram se passando e observou-se um cenário em qual a classe média branca se consolidou como uma força importante, notadamente a partir da segunda metade do século, logrando ascensão social de uma parcela significativa, enquanto a maioria dos negros permaneceu (e permanece) em situação de pobreza e marginalização. Essa realidade reflete o racismo estrutural e os mecanismos de discriminação que, ao longo do tempo, têm resultado em uma desigualdade racial persistente e generalizada.

O preconceito enraizado naturaliza desigualdades e falta de representatividade em diversas camadas da sociedade brasileira contemporânea, a exemplo do mercado de trabalho, onde as disparidades de oportunidades e rendimentos entre brancos e negros, assim como a falta de afrodescendentes em posições de liderança nas empresas, geralmente são aceitáveis e não percebidas como algo incomum ou prejudicial. Ao observarmos os dados do Censo 2010, vemos uma disparidade econômica significativa entre brancos e negros no Brasil conforme exposto no gráfico 1. Os dados indicam que a média de rendimentos dos ocupados no Brasil em 2010 era de R\$ 1.296,19. No entanto,

há uma desigualdade significativa entre brancos e negros, onde o rendimento médio dos ocupados brancos era de R\$ 1.666,71, enquanto o dos negros era de R\$ 901,87.

Gráfico 1 - Rendimento médio da população ocupada brasileira de acordo com o Censo 2010

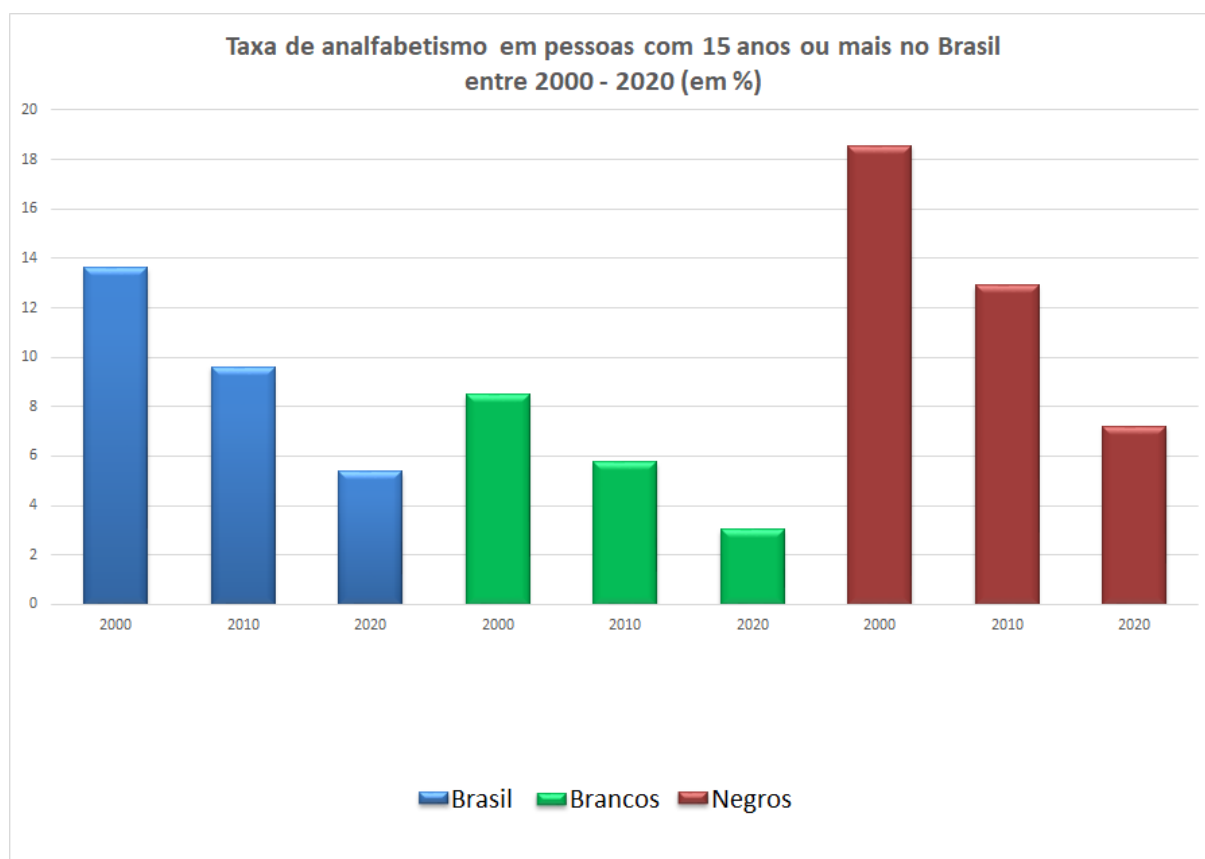


Fonte: IBGE 2010. Elaboração própria.

Essa desigualdade se mantém em 2020, de acordo com os dados de renda per capita da PNAD. Enquanto o rendimento médio per capita no Brasil era de R\$ 779,13, ao se fazer uma análise com desagregação racial, observamos que os brancos apresentavam uma renda per capita média de R\$ 1.064,26, enquanto a dos negros era de apenas R\$ 556,08 - praticamente a metade. Essa análise sugere a existência de um problema estrutural de desigualdade racial que se explica a partir da herança histórica da formação econômica e social brasileira.

A justificativa encontrada para esses dados pode ser encontrada em dados relacionados à escolaridade da população negra. Conforme o gráfico 2 demonstra, o nível de analfabetismo da população negra no Brasil é superior aos níveis encontrados na população total brasileira. Tal constatação revela que as condições infringidas a população negra no Brasil pouco se alteraram desde o fim da escravidão quando a ausência de reparações em relação à situação dessa população dificultou a ela o acesso à educação.

Gráfico 2 - Taxa de analfabetismo em pessoas com 15 anos ou mais no Brasil entre 2000 - 2020 (em %)

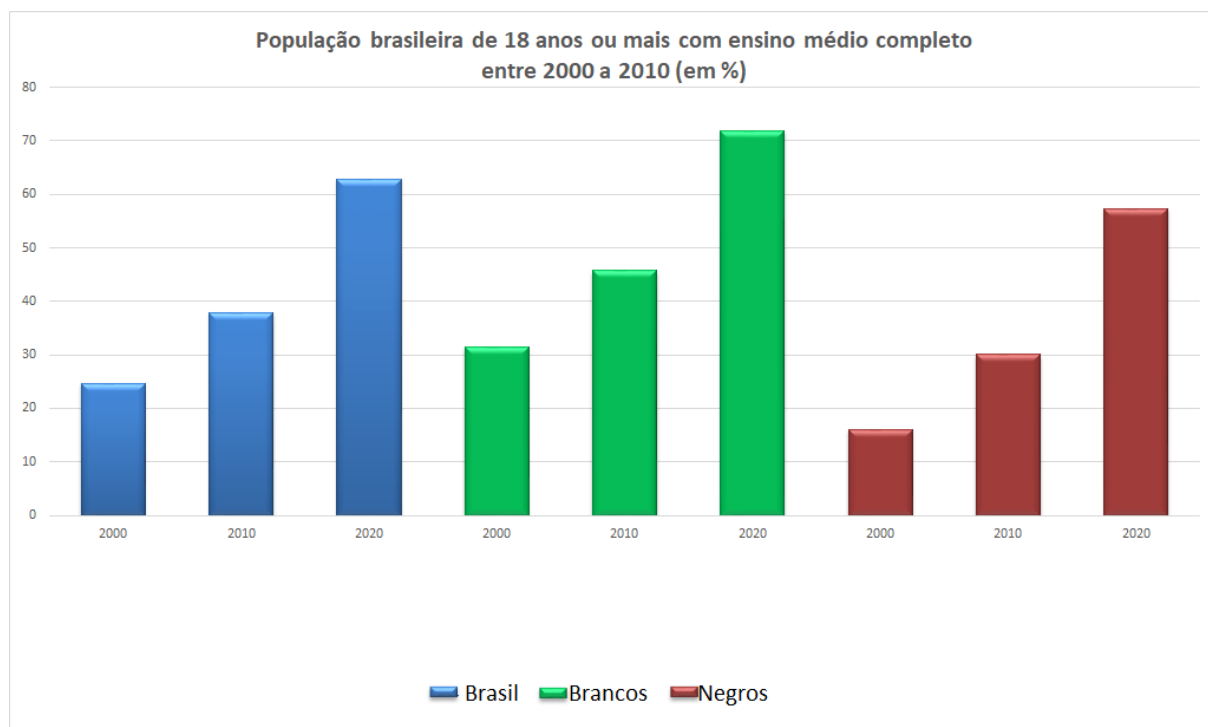


Fonte: IBGE 2000 e 2010 e Pnad 2020. Elaboração própria.

O mesmo também se reflete na incidência de pessoas com ensino de nível médio e de nível superior conforme também demonstrado nos gráficos 3 e 4 onde a população negra aparece com níveis inferiores à média nacional.

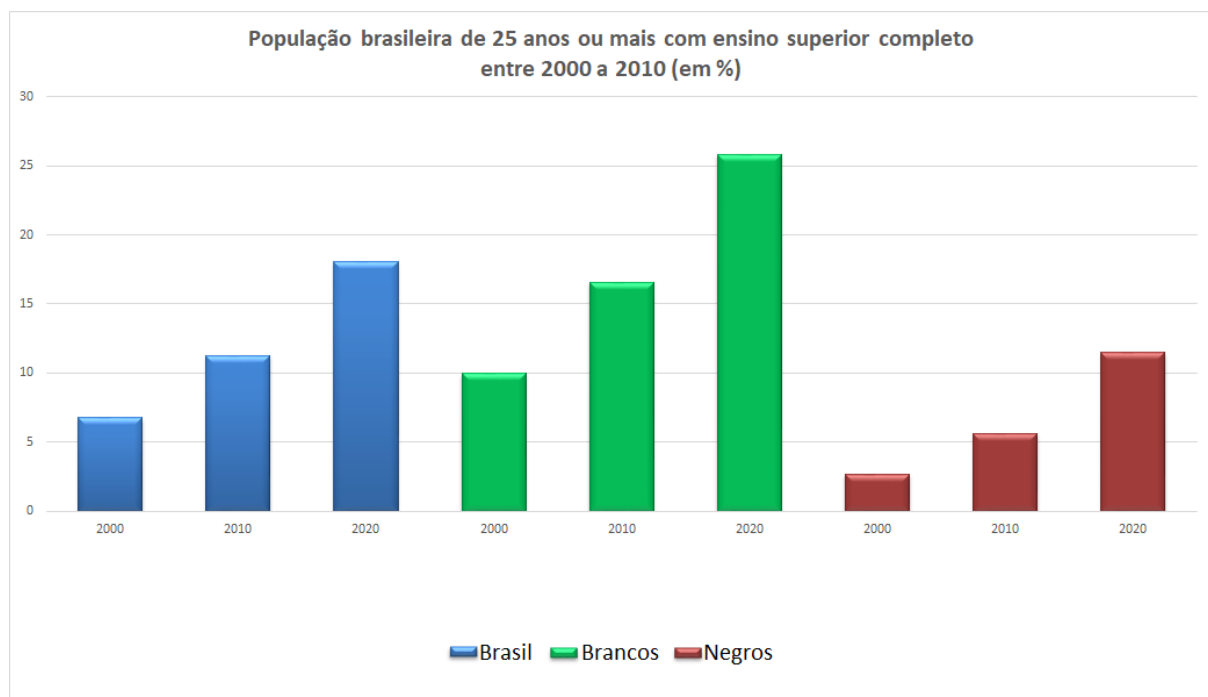
Sendo assim, o fator escolaridade aparece como principal fator determinante para as diferenças de renda entre negros e brancos no Brasil. Uma menor escolaridade leva a população negra a ocupar cargos de menor remuneração no mercado de trabalho, por isso o investimento em políticas públicas de reparação para esta população, à exemplo das cotas raciais, agem como mecanismo revolucionário para diminuir as desigualdades existentes. Dessa forma, a reversão dessa realidade só será possível através da implementação de políticas sociais de caráter redistributivo, combinadas com políticas eficazes de combate ao racismo e suas consequências para que a perpetuação contínua do racismo em todas as suas formas não continue fortalecendo e legitimando essa sociedade desigual, que marginaliza grupos étnicos.

Gráfico 3 - População brasileira de 18 anos ou mais com ensino médio completo entre 2000 a 2010 (em %)



Fonte: IBGE 2000 e 2010 e Pnad 2020. Elaboração própria.

Gráfico 4 - População brasileira de 25 anos ou mais com ensino superior completo entre 2000 a 2010 (em %)



Fonte: IBGE 2000 e 2010 e Pnad 2020. Elaboração própria.

Conclusão

Como abordado ao longo deste artigo, a desigualdade racial no país é um fenômeno complexo, multifacetado e influenciado por uma variedade de fatores históricos, políticos, sociais e econômicos e sua manutenção apresenta características históricas e permanentes. Nesse cenário, o crescimento econômico tende a se dar sem a consolidação de uma agenda inclusiva, tornando a distribuição de renda ainda mais desigual estruturada em um mercado de trabalho que produz ótimos e péssimos postos de trabalhos com um percentual significativo da mão de obra relegada à informalidade que se faz parte integrante da economia nacional e segue presente em diversas situações e setores.

Desde o carvão para a indústria siderúrgica, que muitas vezes é obtido por meio de carvoarias informais em áreas rurais, até a reciclagem de alumínio, que é baseada no trabalho dos catadores de latas que são facilmente encontrados nas ruas das grandes cidades brasileiras. Até mesmo o setor do agronegócio, que é considerado um destaque nas exportações brasileiras, muitas vezes emprega trabalhadores informais e sem carteira assinada, como os boias-frias. Esse mesmo cenário se repete também nos serviços pessoais e domésticos, que são uma fonte importante de emprego para as classes médias, mas que muitas vezes são prestados por trabalhadores sem proteção legal.

Atualmente, o ensino público, que serve predominantemente as populações mais pobres e negras, encontra-se em estado precário, sem recursos e sem um projeto pedagógico coerente. O Estado não tem tomado medidas efetivas para promover a equidade na educação fundamental, o que favoreceria a redução das desigualdades tanto em termos de infraestrutura escolar quanto no desempenho dos alunos. Isso reflete um aspecto estratégico da distribuição seletiva de oportunidades no país, perpetuando e reproduzindo uma sociedade desigual.

Nesse cenário, as cotas raciais se apresentam como um dos poucos - senão o único - instrumentos disponíveis para contrapor o racismo e interromper a secular. Em algumas esferas, as cotas bloqueiam a sequência natural da desigualdade por raça e cor, interrompendo esse círculo vicioso. Ao introduzir alunos negros em universidades de ponta, essa política afirmativa traz um importante diferencial para a composição futura de nossa elite intelectual e econômica, que hoje se encontra descolorida. Podendo contribuir para uma elite brasileira mais representativa de sua população e, conseqüentemente, mais comprometida com seus anseios e necessidades.

Assim, entendemos que a sociedade racista e desigual se mostra resultante de uma trajetória de dependência das relações sociais no passado, iniciadas com tráfico negreiro, que encontra amparo no processo de produção contemporâneo em diversas dimensões sociais de modo a potencializar a desigualdade futura.

Esse conceito de trajetória dependente (*path dependency*) vem sendo amplamente utilizado para auxiliar na compreensão e estabelecimento dessas trajetórias econômicas, ou até mesmo políticas. “*Path dependency* significa que para um país, ao iniciar uma trilha, os custos para revertê-

la são muito altos. Existirão outros pontos de escolha, mas as barreiras de certos arranjos institucionais obstruirão uma reversão fácil da escolha inicial.” (LEVI, 1997, p. 28 *apud* FERNANDES, 2002, p. 83)

Essa trajetória envolve um ciclo vicioso difícil de ser rompido, mas não impossível, haverá pontos de escolhas para promoção de mudanças. A exemplo do que aconteceu no Brasil entre 2004 e 2014, onde houve uma estratégia do governo para promover desenvolvimento econômico conjugado com uma melhoria no padrão distributivo da renda no país.

Faz-se necessário, para reverter as expectativas de baixo crescimento, colocar a população marginalizada no centro das decisões. Dessa forma, para conseguir romper o ciclo dessa trajetória de dependência, é necessário entender a natureza da armadilha, bem como encontrar os fatores comuns subjacentes a ela e as suas complexas formas de interação. O desenvolvimento sem transformação social favorece apenas a quem se beneficia de uma sociedade desigual.

Em um Brasil, construído sobre um modelo de desenvolvimento econômico estruturado na exploração da mão-de-obra negra escravizada, essa perpetuação é uma exaltação à violência da população marginalizada, enquanto dignifica-se o prestígio e o domínio social. Como se o sujeito fosse quem atua na promoção de sua própria miséria. O Brasil apresenta-se, assim, como um país do passado mal resolvido. Enquanto o país não promover reparação histórica com as classes que foram historicamente subalternizadas não existe o país do futuro. Os agentes políticos devem promover um novo pacto socioeconômico com aqueles que foram mantidos fora deste. Com aqueles que tiveram (e ainda têm) suas vozes silenciadas e corpos violentados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. **Discriminação Racial e Justiça Criminal em São Paulo**. São Paulo: NEV-USP, 1995. p. 45-63

ALENCASTRO, L. F. **O Aprendizado da Colonização**. Revista Economia e Sociedade, nº 01, 1992.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é Racismo Estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento. 2018.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2022.

CASTRO, H. M. M. Laços de família e direitos no final da escravidão. *in* ALENCASTRO, L. F. *org.* **História da Vida Privada no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras. 1997. Págs. 337 - 384

FERNANDES, Antônio Sérgio. **Path Dependency e os Estudos Históricos Comparados**. BIB, São Paulo, nº 53, 2002. pág. 79-102

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2000**. Rio de Janeiro. 2000.

_____. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro. 2012.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2020**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 09 de março de 2023.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva. 2016.

PNUD. **Relatório De Desenvolvimento Humano Regional: Presos Em Uma Armadilha? - Alta Desigualdade e Baixo Crescimento na América Latina e no Caribe**. Nova Iorque: 2021.

THEODORO, Mário. As Características do Mercado de Trabalho e as Origens do Informal no Brasil. *in* THEODORO, Mário. **L'intervention Étatique sur L'informel au Brésil**. Université Paris I – Panthéon-Sorbonne, Paris, 1998. pág 91 - 126.

_____. **A Sociedade Desigual: Racismo e Branquitude na Formação do Brasil**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.